



A MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES NO CONTEXTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS: UM ESTUDO DE SUA COMPOSIÇÃO VISUAL (BRASIL 2000-2010)*

Alexandra Pingret¹

Na presente comunicação busca-se apresentar as principais características político-culturais do movimento intitulado Marcha Mundial das Mulheres (MMM) em suas edições realizadas no Brasil; na cidade de São Paulo, em 2000, 2005 e 2010 (que ocorreu entre as cidades de Campinas e São Paulo - capital). Opta-se pelo recorte temporal da década que abrange os anos de 2000 a 2010, e o tema será analisado como parte do contexto de novas expressões dos movimentos sociais (feministas e não-feministas) da contemporaneidade brasileira.

No final do século XX e início do século XXI começamos a observar algumas novas tendências da sociedade civil e dos movimentos sociais, como a organização de ações políticas cada vez mais sob a forma de redes, que ora se contraem em suas especificidades, ora se ampliam na busca de poder político; passando a valorizar cada vez mais formas de participação institucionais, como fóruns, conferências, audiências públicas, etc. Como resultado de todo esse processo articulatório se constituem as denominadas *redes de movimento social* que, segundo Ilse Scherer-Werren, é *um conceito de referência que busca apreender o porvir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos.*²

Nesse contexto, a MMM iniciou com uma manifestação pública feminista no Canadá, em 1999, com o lema, inspirado em uma simbologia feminina – “pão e rosas” – expressando a resistência contra a pobreza e a violência, e se propondo a fazer parte de um movimento feminista capaz de levar à sociedade as diversas interlocuções presentes no interior do movimento de mulheres. Para isso a Marcha se organizou, a partir de movimentos sociais/sindicais/populares, organizações partidárias e ONGs, articulando as ações locais às nacionais e internacionais.

O funcionamento da MMM baseia-se na organização do Comitê Internacional, que é itinerante e, desde 2006, está sediado no Brasil, onde a SOF (Sempreviva Organização Feminista)³,

* Este texto faz parte da pesquisa realizada para minha dissertação de mestrado, em fase de execução.

¹ Mestranda, PPG-História Social – UEL - alexandrapingret@ig.com.br

² SCHERER-WERREN, Ilse. *Das mobilizações à redes de movimentos sociais*. Brasília, Sociedade e Estado, 2006, p.113.

³ www.sof.org.br



uma ONG de abrangência nacional, com sede em São Paulo, é sua referência; organizando-se em Comitês Nacionais e Estaduais. No Brasil está presente em 17 estados, entre eles o Paraná.

Sendo Québec o palco dos três primeiros Encontros Internacionais da MMM, segundo informações consultadas no site do movimento⁴, podemos encontrar no Canadá o maior número de grupos participantes, 654 (seiscentos e cinquenta e quatro) distribuídos entre movimentos sociais, sindicais e partidários. No Brasil, encontra-se sua segunda maior organização quantitativa, com 304 instituições, podendo-se citar ainda outros países que possuem acima de 80 (oitenta) grupos, como por exemplo: Bélgica (186), Peru (182), Camarões (173), Países Baixos (173), México (147), Colômbia (109), Índia (94), Nigéria e Togo (90), Argentina, Austrália e Suíça (82). Sendo que, em dois anos *aquilo que era uma idéia se transformou em realidade. A partir dos contatos, (...) com a ajuda da Internet e com o apoio organizativo decisivo da FFQ [Federação das Mulheres de Québec], criou-se uma rede diversificada de mais de seis mil coletivos de mulheres de 161 países reunidas em torno de uma plataforma mundial.*⁵

Pode-se observar, então que o uso das tecnologias pode contribuir para expansão dos novos movimentos sociais. Dessa forma, os encontros presenciais podem ser mais circunstanciais e espaçados, quando à comunicação cotidiana, ela é realizada por meios virtuais. Esses movimentos sociais em rede buscam, no caso da MMM, a cada cinco anos, promover grandes manifestações públicas (chamadas de marchas ou ações mundiais), com o objetivo de produzir grande *visibilidade através da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes (no sentido político-pedagógico) e para a sociedade em geral, como uma forma de pressão política das mais expressivas no espaço público contemporâneo.*⁶

A primeira marcha/ação mundial ocorreu no ano 2000, iniciando no Brasil no dia 08 de março, tendo como chamado “2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista”, passou por 159 países e territórios, contando com a participação de aproximadamente 6000 entidades. Naquela ocasião foi entregue à ONU um abaixo-assinado, no qual constavam 17 itens da pauta de reivindicações do movimento, com cerca de 5 milhões de assinaturas. Também foi escrita, naquele momento, uma “Carta das Mulheres Brasileiras”, cujas reivindicações eram terra, trabalho, direitos sociais, auto-determinação e soberania.

⁴ www.marchamundialdasmulheres.org

⁵ DE MOND, Nádia. *Construindo espaços transnacionais a partir dos feminismos*. Florianópolis: Estudos Feministas, 11(2), 2003, p. 637-638

⁶ SCHERER-WERREN, Ilse. *Das mobilizações à redes de movimentos sociais*. Brasília, Sociedade e Estado, 2006, p.112.



A segunda ação ocorreu em 2005, iniciada no Brasil, também no dia 08 de março; tendo como *slogan* “mulheres em movimento mudam o mundo”, passou por 50 países de todos os continentes. O grande destaque daquela edição foi a “Carta das mulheres para a humanidade” na qual a MMM reafirmou alguns princípios, já conhecidos historicamente: igualdade, liberdade, solidariedade, justiça e paz, como norteadores para o movimento. A terceira ação ocorreu em 2010, no Brasil, em 08 de março; tendo como *slogan* “seguiremos em marcha até que todas sejamos livres” o diferencial dessa ação foi a marcha realizada por aproximadamente três mil mulheres, durante onze dias (conforme o site da SOF), saindo da cidade de Campinas – SP até a capital – São Paulo, terminando com um ato na Praça Charles Miller, no Pacaembu. Segundo análise de um de seus apoiadores no âmbito político-partidário, essas marchas são ações *irreverentes e alegres, porém não menos recheadas do conteúdo político e com crítica à sociedade capitalista e patriarcal. [Se posicionando] como uma articulação feminista internacional (...) em torno de uma agenda radical, feminista e anticapitalista.*⁷

Nessas ações são levados materiais que aqui denominamos composição visual, criadas previamente (por artistas e por mulheres do próprio movimento). Como por exemplo: faixas, painéis, cartazes, bandeiras, estandartes (geralmente bordados, representando mulheres de diversas etnias, juntamente com uma palavra que compõe suas reivindicações: liberdade, justiça, paz, solidariedade,...), a “colcha de retalhos da solidariedade global”, que foi montada com retalhos bordados ou pintados produzidos pelas mulheres dos países onde existem movimentos ligados à MMM, e a “Carta das Mulheres para a humanidade”, que foi ampliada para fazer parte da marcha, enriquecendo ainda mais essa composição visual. Toda essa composição visual foi registrada em fotografias e divulgada em diversos veículos de mídia.

Para observar essa composição visual e analisar as principais características político-culturais da MMM opta-se primeiramente por buscar uma maior compreensão sobre a historiografia do movimento de mulheres, do feminismo e de gênero, que, a partir das décadas de 1980 e 1990, podem ser encontrados em uma variedade enorme de trabalhos e em diferentes graus de complexidade nas mais variadas formas de análises.

Aparentemente é possível confundir essas denominações: movimento de mulheres, feminismo e gênero, realmente elas se relacionam, todavia, em cada momento histórico se observam diferentes formas e atuações de cada uma; e ainda, muitos autores as classificam ora como complementares ora como em disputa; porém não pretendo aqui expor essas discussões; pois

⁷ Cadernos temáticos – publicação do mandato do Deputado Federal Dr. Rosinha – PT n.13 04/2005, p. 06).



conforme Margareth Rago, *a categoria gênero não vem substituir nenhuma outra, mas atende à necessidade de ampliação de nosso vocabulário para darmos conta da multiplicidade das dimensões constitutivas das práticas sociais e individuais.*⁸ (RAGO, 1998, p.9)

Assim, da história das mulheres, passamos a falar na categoria gênero, entre as décadas de 1980 e 1990, conforme explica Rago uma imensa literatura abriu-se, então,

[...] com Derrida e Foucault à frente, dissolvendo os sujeitos e apontando para a dimensão relacional da nova categoria; as marxistas, procurando integrar rapidamente a nova categoria em seu sistema de pensamento, sempre muito preocupadas em garantir o lugar outrora hegemônico e agora compartilhado do conceito de classe. E, finalmente, acenavam as psicólogas, com suas propostas e interpretações, mais ligadas às questões da maternidade e da crítica ao patriarcado.⁹

E ainda, dentre as principais influências teórico-metodológicas que contribuíram para a expansão desses estudos podem ser citados ainda as contribuições de E. P. Thompson, que segundo Eleni Varikas, introduziu *as experiências diferenciadas dos homens e das mulheres como uma dimensão constitutiva dos seus conceitos de classe, de consciência de classe, de política ou de identidade operária,*¹⁰ as historiadoras feministas visualizaram um importante campo de reflexão sobre os métodos e objeto da história das mulheres, ampliando dessa forma também os estudos de gênero.

Relembrando as décadas de 1970 e início de 1980 Vera Soares salienta que *uma das parcelas dos movimentos de mulheres (...) no Brasil, nasceu dos grupos de vizinhança nas periferias dos grandes centros urbanos. As mulheres dos bairros populares construíram uma dinâmica política própria.* (SOARES, 1998, p. 39) e outra parcela, conforme Sonia Alvarez *se constitui quando as feministas concentram suas energias na propagação da participação de mulheres de classe trabalhadora e pobres em grupos comunitários, [...] trabalhando junto com mulheres dos setores populares.* (ALVAREZ, 2000, p. 387). Ou seja, pode-se dizer que o movimento de mulheres, semelhante a outros movimentos sociais, abarca uma imensa gama de ações e orientações e o feminismo é uma das vertentes deste movimento. À medida que a conexão entre história das mulheres e política vai se acentuando o feminismo passa a ser visto como,

[...] uma ação política das mulheres [que] engloba teoria, prática, e toma as mulheres como sujeitos históricos da transformação de sua própria condição social. Propõe que as mulheres partam para transformar a si mesmas e ao mundo. O feminismo se expressa em ações coletivas, individuais e existenciais, na arte, na teoria, na política.”¹¹

⁸ RAGO, Margareth. *Descobrendo Historicamente o gênero*. Campinas: Cadernos Pagu, 11, 1998, p. 9

⁹ RAGO, Margareth. *Descobrendo historicamente o gênero*. Cadernos Pagu, 11, 1998, p.90

¹⁰ VARIKAS, Eleni. *Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo de Tilly-Scott*. Campinas: Cadernos Pagu, 3, 1994, p. 73.

¹¹ SOARES, Vera. *Muitas faces do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 33-34



Tendo suas origens no movimento social, a história das mulheres se distingue, segundo Louise Tilly, particularmente das outras, pelo fato de ter sido uma história pensada a partir do movimento social:

[...] por um longo período, ela foi escrita a partir de convicções feministas. Certamente toda história é herdeira de um contexto político, mas relativamente poucas histórias têm uma ligação tão forte com um programa de transformação e de ação como a história das mulheres. Quer as historiadoras tenham sido ou não membros de organizações feministas ou de grupos de conscientização, quer elas se definissem ou não como feministas, seus trabalhos não foram menos marcados pelo movimento feminista de 1970 e 1980.¹²

Outro aspecto importante a ser observado é que a partir da década de 1990, o feminismo se especializou, quando alguns grupos, geralmente organizados em Organizações Não-Governamentais (ONGs) passaram a ser “morada” para o movimento de mulheres, feministas ou não. Uma grande variedade de ONGs atuam contemplando diferentes clientelas, propósitos, formas de intervenção: *algumas mobilizadoras, outras prestando assessoria especializada, outras ainda são prestadoras de serviços. Atuam tanto junto à sociedade como junto ao Estado, algumas delas com assento em conselhos, outras sendo interlocutoras de ministros e parlamentares.*¹³ Nesse sentido, percebe-se que o feminismo multiplicou os espaços e lugares nos quais atua e as fronteiras entre o movimento de mulheres e o feminismo *têm sido sistematicamente ofuscadas, com um número crescente de mulheres pobres, trabalhadoras, negras, lésbicas, sindicalistas, ativistas católicas progressistas e de outros setores (...). Assim, muitos feminismos são construídos.*¹⁴

Então podemos observar uma trajetória, que acontece a partir do movimento de mulheres, perpassada pelo feminismo, sendo confrontada ou estimulada, conforme diferentes autores, pelos estudos de gênero enquanto categoria de análise.¹⁵

O uso da palavra gênero tem uma história que é tributária de movimentos sociais, de mulheres e feministas. Assim como foi do interior do movimento de mulheres que se desenvolveu o movimento feminista, foi também entre as historiadoras que estavam escrevendo sobre história das mulheres que a categoria de análise *gênero* passou a ser utilizada. Para Maria Izilda Mattos, a *categoria gênero encontrou um terreno favorável na historiografia brasileira contemporânea, desnaturalizando as identidades sexuais e postulando a dimensão relacional.*¹⁶

¹² TILLY, Louise A. *Gênero, história das Mulheres e História Social*. Campinas: Cadernos Pagu, 3, 1994, p.31

¹³ PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 106.

¹⁴ SOARES, Vera. *Muitas faces do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 45-46

¹⁵ SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Porto Alegre: In: Educação e Realidade, 2, 1995, p.86.

¹⁶ MATTOS, Maria Izilda S. de. *Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea*. Campinas: Cadernos Pagu, 11, 1998.



Entende-se que é no campo dos estudos de gênero que o presente tema se insere, ressaltando que a MMM busca legitimidade no movimento de mulheres, enquanto movimento feminista, agrupando movimentos sociais, sindicais, populares, organizações partidárias e ONGs, a partir de uma ampla pauta de reivindicações e ações públicas de grande visibilidade, propondo a construção de uma composição visual que re-elabora uma forma de apresentação pública das mulheres, pois a presença feminina nos movimentos sociais suscitou, em várias épocas e países, muita visibilidade, devendo ser mencionada aqui uma observação de E.P. Thompson, citado por Raquel Soihet, acerca da forma feminina de reivindicar, em motins, por exemplo:

[...] usando o corpo como arma, aos gritos, batendo panelas e caldeirões protagonizavam ruidosas aglomerações. Outros historiadores sugerem, igualmente, que essa atuação das mulheres pode lhes ter conferido uma base de poder na comunidade. Não se trata de excluir a abordagem das mulheres no terreno da política formal, mas urge não ignorar esse tipo de manifestações, típicas da resistência dos segmentos populares, sob o risco de inversão do problema; passando-se a focalizar as mulheres, apenas sob a ótica da classe e do sexo dominante.¹⁷

No Brasil, ao longo da Primeira República, durante as manifestações públicas do operariado, as mulheres muitas vezes: apareciam cantando, distribuindo flores, portando laços e fitas, levando consigo bandeiras e estandartes (bordados previamente por mãos femininas).¹⁸ Podemos postular, então, a possibilidade da existência de uma tradição na forma de apresentação pública das mulheres, relacionada especialmente aos elementos de uma composição visual, que, na hipótese norteadora dessa comunicação, pode ser considerada arte engajada ou ativista, ou seja, a arte política desenvolvida por intelectuais, militantes e artistas engajados, que privilegiam as manifestações artísticas capazes de dialogar com o público, nesse caso, mulheres.

Sobre arte engajada, é preciso levar em consideração que recentemente a historiografia tem se debruçado sobre os aspectos intelectuais que não apenas ampliam o conceito de engajamento, mas que revêem as bases consagradas que organizam a abordagem do fenômeno, como ‘vanguarda’ versus ‘compromisso social’, ‘nacionalismo’ versus ‘cosmopolitismo’ e ‘expressão formal’ versus ‘comunicação ideológica’.¹⁹

Até pouco tempo a discussão acerca da arte engajada ficava restrita, geralmente, ao período entre as décadas de 1960 e 1980, durante o regime cívico-militar no Brasil; no qual pudemos observar a coexistência entre uma pesada repressão político-ideológica e uma intensificação sem

¹⁷ SOIHET, Raquel. *História das Mulheres e História de Gênero: um depoimento*. Campinas: Cadernos Pagu, 11, 1998, p. 81.

¹⁸ BILHÃO, Isabel. *Identidade e Trabalho: uma história do operariado porto-alegrense (1898 a 1920)*. Londrina: EDUEL, 2008, p. 155.

¹⁹ NAPOLITANO, Marcos. *Forjando a revolução, remodelando o mercado: a arte engajada no Brasil (1956-1968)*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 614.



precedentes na produção e difusão nacionais de bens culturais, fruto direto de uma modernização conservadora das indústrias da cultura, da regulação e do incentivo do Estado e da aliança com o grande capital.²⁰ Todavia, observa-se uma grande produção cultural dentro dos movimentos sociais contemporâneos, essa construção imagética ajuda a construir e identificar o próprio movimento; no caso da MMM, na qual a mediação visual se refere aos valores e identidades construídas, que são comunicados pela composição visual durante as marchas.

E, mesmo observando experiências distintas entre os campos da arte e do ativismo, com finalidades e processos que são particulares em seus meios de atuação, essa produção cultural privilegia situações artísticas que se encontram, se alinham e se fundem temporariamente em lutas sociais e nas fissuras da vida cotidiana.²¹ Pensando nessa arte como intervenção social e mobilização político-pedagógica, o conhecimento histórico [torna-se] uma operação teórico-metodológica que visa compreender e interpretar os sentidos que os atores sociais atribuem a seus atos materiais e simbólicos.²²

A análise da composição visual será iniciada pela verificação do ciclo de produção, circulação e consumo dessas imagens; segundo Ulpiano Bezerra Meneses é necessário (...) retrazar a biografia, a carreira, a trajetória das imagens,²³ a partir daí elencar suas particularidades e relacioná-la com as demais composições visuais da arte ativista. Para isso serão realizadas entrevistas com as mulheres idealizadoras dessa composição visual e também com as mulheres que as produziram, a pedido da coordenação nacional e estadual, no caso do Paraná.

No Brasil, a MMM possui as seguintes publicações: boletins e jornais (sem periodicidade estabelecida); o Caderno MMM – nº 1 – junho/2008 e o site. Todavia, é possível encontrar informações também em outras fontes, para além da militante, principalmente em jornais como O Estado e Folha de S. Paulo durante a semana das três ações (entre o quinto e o décimo dia do mês de março dos anos de 2000, 2005 e 2010), buscando informações como artigos, matérias e imagens que façam referência à MMM. Todos esses textos podem contribuir para a análise das principais características político-culturais do movimento e ao mesmo tempo observar como foram interpretadas e divulgadas as ações desse movimento, bem como a sua composição visual.

²⁰ FREITAS, A. *Poéticas políticas: as artes plásticas entre o golpe de 64 e o AI-5*. Curitiba, Editora UFPR, 2004, p. 62-63.

²¹ MESQUITA, André Luiz. *Insurgências Poéticas: arte ativista e ação coletiva (1900-2000)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008, p. 48.

²² BORGES, Maria Eliza Linhares. *História & Fotografia*. 2.ed. Belo horizonte: Autêntica, 2005, p.81.

²³ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *Fontes Visuais, cultura visual, História Visual*. Balanço Provisório, propostas cautelares. Revista Brasileira de História, v. 23, nº 45, 2003, p. 28.



Bibliografia

- ALVAREZ, Sonia E. A “globalização” dos feminismos latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: Alvarez, Sonia, Evelina Dagnino & Arturo Escobar (org.). Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos. Novas leituras. UFMG Editora, Belo Horizonte: 2000
- BILHÃO, Isabel. *Identidade e Trabalho: uma história do operariado porto-alegrense (1898 a 1920)*. Londrina: EDUEL, 2008.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. *História & Fotografia*. 2.ed. – Belo horizonte: Autêntica, 2005.
- Cadernos Temáticos - publicação do mandato do Deputado Federal Dr. Rosinha – PT n.13 04/2005.
- COSTA, Suely Gomes. Movimentos feministas, feminismos. Estudos Feministas, Florianópolis: 12(N.E.): 264, setembro-dezembro/2004.
- DE MOND, Nadia. *Construindo espaços transnacionais a partir dos feminismos*. Estudos Feministas, Florianópolis: 11(2): 360, julho-dezembro/2003
- FREITAS, A. *Poéticas políticas: as artes plásticas entre o golpe de 64 e o AI-5*. In: História: Questões & Debates, Curitiba, n. 40, p. 59-90, 2004 Editora UFPR
- MATTOS, Maria Izilda S. de. *Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea*. Cadernos Pagu, 11: pp.67-75, 1998.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *Fontes Visuais, cultura visual, História Visual*. Balanço Provisório, propostas cautelares. Revista Brasileira de História, vol. 23, nº 45, p. 11-36, 2003.
- MESQUITA, André Luiz. *Insurgências Poéticas: arte ativista e ação coletiva (1900-2000)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008
- NAPOLITANO, Marcos. *Forjando a revolução, remodelando o mercado: a arte engajada no Brasil (1956-1968)*, in FERREIRA, Jorge, REIS, Daniel Aarão (orgs.). Nacionalismo e Reformismo radical (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas do Brasil; v.2)
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do Povo Brasileiro).
- RAGO, Margareth. *Descobrimo historicamente o gênero*. Cadernos Pagu, 11: p.89-98, 1998;
- SCHERER-WERREN, Ilse.. *Das mobilizações às redes de movimentos sociais*. Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. In: Educação e Realidade. Porto Alegre: n.2, jul./dez. 1995.
- SOARES, Vera. *Muitas faces do feminismo no Brasil*. In: BORBA, Ângela, FARIA, Nalu e GODINHO, Tatau (orgs.). Mulher e Política: Gênero e feminismo no partido dos trabalhadores. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 33-54, 1998.



SOIHET, Raquel. *História das Mulheres e História de Gênero*: um depoimento. Cadernos Pagu, 11: pp.77-87, 1998.

TILLY, Louise A. “*Gênero, história das Mulheres e História Social*”. Cadernos Pagu, 3: 1994.

VARIKAS, Eleni. *Gênero, experiência e subjetividade*: a propósito do desacordo de Tilly-Scott. Cadernos Pagu, 3: p. 63-84, 1994